

RELATÓRIO INTERNACIONAL SOBRE LIBERDADE RELIGIOSA MOÇAMBIQUE 2013

Sumário Executivo

A constituição e outras leis e políticas protegem a liberdade religiosa e, na prática, o governo respeitou a liberdade religiosa na generalidade.

Não se verificaram relatos de abusos sociais ou discriminação com base na afiliação religiosa, crenças ou práticas.

O Embaixador e outros oficiais da Embaixada discutiram a liberdade religiosa com o governo e a sociedade civil ao longo do ano. Estes esforços incluíram encontros com líderes e grupos religiosos, promovendo a compreensão entre diversas fés através da realização de reuniões conjuntas com representantes de diferentes grupos religiosos, e da promoção de eventos, incluindo um iftar.

Secção I. Demografia Religiosa

O Governo dos E.U.A. calcula a população total em 24 milhões (estimativa datada de Julho de 2013). De acordo com o censo de 2007, 28 por cento da população é Católica Romana, 27 por cento é Protestante, 18 por cento é Muçulmana, 9 por cento está dividida entre muitos pequenos grupos, e aproximadamente 18 por cento não professa qualquer religião ou crença. Os líderes religiosos especulam que uma porção significativa da população adere a crenças religiosas locais sincréticas, uma categoria não incluída no censo de 2007. Líderes muçulmanos afirmam que a sua comunidade representa cerca de 25-30 por cento da população total, uma estatística reportada frequentemente na imprensa. Existem pequenos números de Judeus, Hindus e Bahais.

As pessoas de herança sul-asiática são predominantemente muçulmanas, e existem algumas diferenças entre as suas práticas e as práticas tradicionais islâmicas suaíli inspiradas no sufismo, dos muçulmanos de origem africana. Um número crescente de clérigos africanos muçulmanos tem viajado para o Egipto, Kuwait, África do Sul e Arábia Saudita para receber formação, e alguns regressam com uma abordagem do Islão mais conservadora.

Secção II. Situação do Respeito do Governo pela Liberdade Religiosa

Enquadramento Legal/Político

MOZAMBIQUE

A constituição e outras leis e políticas protegem a liberdade religiosa na generalidade.

Por lei, as instituições religiosas e as organizações missionárias devem registar-se junto do Ministério da Justiça. Este é um processo simples e não existem benefícios ou privilégios particulares associados com o registo.

O governo concede rotineiramente vistos e autorizações de residência a missionários estrangeiros, embora o processo para todos os residentes estrangeiros seja algo complicado.

A constituição providencia aos grupos religiosos o direito de adquirir e possuir bens, e uma lei mais recente permite-lhes serem proprietários de, e operarem, escolas. O governo proíbe toda a instrução religiosa nas escolas geridas pelo estado.

A constituição proíbe os partidos religiosos de serem directamente afiliados com uma religião.

Práticas Governamentais

Durante o ano, registaram-se 12 grupos religiosos e nenhuma organização religiosa junto da Direcção de Assuntos Religiosos do Ministério da Justiça, para um total de 810 grupos religiosos e 190 organizações religiosas registadas.

A Igreja Grega Ortodoxa iniciou discussões com o governo relativamente ao edifício do Palácio dos Casamento, apropriado da Igreja após a independência. O edifício é um ícone histórico e o arcebispo grego ortodoxo afirmou que a Igreja deseja a restituição do edifício. Embora os governos provinciais sejam responsáveis pelo estabelecimento de um processo para restituição de propriedades, a Direcção de Assuntos Religiosos possui mandato para tratar destas questões na generalidade.

Alguns membros da comunidade muçulmana solicitaram permissão para usar o lenço na cabeça nas fotos de documentos de identificação; no entanto, o governo não tratou da legalidade do uso do lenço nas fotos para documentos de identificação nem o uso do véu ou burqa nas escolas públicas, e os líderes da comunidade muçulmana não levantaram este assunto durante o ano.

MOZAMBIQUE

Em Maio, a Ministra da Justiça Benvinda Levi presidiu à reabertura de uma sinagoga judaica renovada com um discurso louvando a liberdade religiosa no país. A cerimónia foi bem frequentada por membros da comunidade inter-religiosa de Maputo, incluindo líderes locais muçulmanos, gregos-ortodoxos, anglicanos e de religiões tradicionais.

Secção III. Situação do Respeito Social pela Liberdade Religiosa

Não se verificaram relatos de abusos sociais ou discriminação com base na afiliação religiosa, crenças ou práticas.

Secção IV. Política do Governo dos E.U.A.

O Embaixador e representantes da Embaixada dos E.U.A. discutiram a liberdade religiosa com o governo e sociedade civil ao longo do ano. Oficiais da Embaixada promoveram a compreensão entre diferentes fés, realizando reuniões conjuntas com representantes de diferentes grupos religiosos. O Embaixador também promoveu um jantar de iftar para membros da comunidade muçulmana, durante o qual louvou a liberdade religiosa dentro do país e a tolerância religiosa no seio da comunidade muçulmana.